

**ATA DA REUNIÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN**

Aos **15 dias de janeiro de 2013**, às 18:50h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, localizado na Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, tendo como secretária a Sra. Izamari Cristina Machado Pacheco, e cuja pauta da reunião foi a seguinte: 1) Apresentação da nova presidência do Conselho; 2) Comunicação sobre situação financeira da CPTrans; 3) Aprovação de ata de reunião do mês de agosto de 2012; 4) Assuntos Gerais. Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quanto bastem para o quorum necessário para o início dos trabalhos, o Sr. Gilmar Silva de Oliveira, Diretor Presidente da CPTrans e Presidente do COMUTRAN deu início aos trabalhos, apresentando-se como o novo Diretor Presidente da CPTrans, falando sobre sua experiência de quase 20 anos no setor, iniciada na própria CPTrans como funcionário de carreira e diretor técnico e atualmente como consultor. Declarou que uma das suas primeiras ações foi convocar este Conselho, que possui um papel fundamental para o sucesso das ações e projetos na área dos transportes públicos e do trânsito. Porém, continuou ele, a CPTrans encontra-se em grave situação financeira, em grande parte causada pelo processo de intervenção no setor de transportes, que foi iniciada no ano de 2010. Foi afirmado pelo presidente do COMUTRAN que a CPTrans, embora devesse ter tido participação protagonista e ativa em todo o processo de intervenção das empresas, limitou seu campo de atuação a dois momentos bem definidos: na preparação de elementos e informações que patrocinaram a intervenção e na administração dos recursos financeiros repassados pela administração direta. Segundo levantamentos preliminares feitos pela nova administração da CPTrans, tais recursos corresponderam ao montante aproximado de R\$ 33 milhões. Em que pese a administração de tal volume de recursos, informou que a CPTrans encontra-se deficitária, dependendo de R\$300 mil a R\$400 mil para fechar suas contas todo o mês. Os recursos repassados pela Prefeitura para o custeio da CPTrans, nos anos de 2010, 2011 e 2012, corresponderam ao montante aproximado de R\$11,3 milhões. Foi verificado pela nova administração da CPTrans que cerca de 11,7 milhões de reais, recebidos da administração direta, foram transferidos para as empresas sob intervenção, com a finalidade de assegurar o pagamento de salários, benefícios e demais despesas correntes. A CPTrans também recebeu os recursos da outorga da licitação de transporte

coletivo ocorrida no ano de 2012, no montante também aproximado de R\$10 milhões, recursos esses que foram destinados ao pagamento de dívidas trabalhistas dos empregados das ex-permissionárias (FGTS e multas rescisórias). Para concluir esse assunto, o presidente do COMUTRAN informou que o que mais preocupa a administração é o fato de não ter encontrado a prestação de contas desses valores, excluindo aqueles que foram efetivamente utilizados na própria CPTrans. Fez questão de registrar que seria leviano de sua parte afirmar que a prestação de contas não existe, mas, fato é que não foram encontrados, no setor competente da CPTrans, os respectivos documentos comprobatórios das despesas realizadas nas ex-permissionárias e dos valores da outorga, supostamente utilizados para quitar dívidas trabalhistas. Prosseguindo em seu relato comentou a respeito da dívida com o INSS patronal, contraída no período de 2010 a 2012, cujo montante alcança os R\$ 3 milhões. Segundo foi levantado pela atual administração, o atual prédio-sede da CPTrans e diversos veículos de propriedade da Empresa encontram-se sob penhor para garantia desta dívida. Comentou ainda acerca da existência de falhas no processamento das multas de trânsito, havendo mais de 30 mil multas, emitidas entre meados de 2011 e dezembro de 2012, não enviadas aos motoristas infratores, o que está prejudicando as ações e investimentos neste setor por falta de recursos financeiros. Para finalizar, declarou que o governo municipal tem no princípio da transparência e da participação popular duas de suas diretrizes de gestão, por isso deseja ter o COMUTRAN mais próximo das atividades e dos projetos desenvolvidos pela CPTrans. Prosseguindo, comentou sobre um dos itens do programa de governo do Prefeito Rubens Bomtempo, que é a transformação dos conselhos municipais de consultivos para deliberativos. Para explicar melhor o assunto, passou a palavra ao Sr. Carlos Henrique, chefe da Casa dos Conselhos. O Sr. Carlos Henrique se apresentou ao plenário, informando que já fez parte de vários conselhos no lado da Sociedade Civil; que ao assumir a chefia da Casa dos Conselhos, verificou a total deficiência na sua estrutura física; e frisou a necessidade de algumas alterações na formação de alguns conselhos, no quais se verificam, por exemplo, o excesso de conselheiros. A Sra. Izamari Pacheco fez um aparte para informar ao Sr. Carlos Henrique sobre as alterações no Regimento Interno do COMUTRAN, que foi proposto ao governo passado, mas foi indeferido pelo mesmo. O Sr. Evandro José de Oliveira, representante da Associação de Taxistas, também fez um aparte, reclamando sobre a falta de participação dos conselheiros que são eleitos para representar a Comunidade. O Sr. Carlos Henrique retomou a palavra, dizendo que já havia tomado conhecimento das alterações proposta para o Regimento Interno do COMUTRAN, as quais necessitam de mais discussão, pois alguns pontos não são de

concordância com as diretrizes do novo governo, como por exemplo, a questão dele ser consultivo e não deliberativo; a possibilidade de participação de pessoa física, sem representar nenhum órgão ou entidade; e composição da mesa diretora, onde a diretoria deveria se alternar entre membros do governo e membros da comunidade. O Sr. Sandro Jesus de Lara, representante da UDAM, pediu a palavra e informou que a entidade já se havia manifestado na intenção de revisar estas alterações no Regimento Interno e que possui várias sugestões para esta revisão. O Sr. Paulo Roberto Martins tomou a palavra dizendo que concorda com a revisão do Regimento interno, no sentido principalmente de promover uma maior lisura na questão das conferências onde são eleitos os membros da comunidade; que também aprova a proposição da alternância na diretoria; e aproveitou a oportunidade para registrar um voto de protesto quanto à ação anticidadã do governo anterior em desconsiderar este Conselho, representada pela falta de reuniões ordinárias nos últimos quatro meses e pela total ignorância ao Regimento Interno, no qual o Conselho não foi ouvido em vários atos relevantes, como por exemplo, o recente aumento da tarifa, a própria intervenção nas empresas de transportes, etc... Para finalizar solicitou uma maior clareza quanto às questões financeiras relatadas pelo presidente da CPTrans. A Sra. Claudia Ribeiro de Souza, representante da Secretaria de Educação indagou ao presidente da CPTrans o quanto esta empresa arrecada mensalmente, cuja resposta foi em torno de R\$400mil, tendo cerca de R\$800mil de despesas. Ela continuou sua palavra, estranhando o fato de que as contas do governo anterior foram aprovadas no "apagar das luzes" pela Câmara de Vereadores, e pediu que o COMUTRAN solicite acesso a esta prestação de contas por meio de ofício à Câmara. O Sr. Gilmar Oliveira retomou a palavra e informou sobre a criação da Comissão Extraordinária para Assuntos de Transportes (CEAT), instituída por ato do Poder Executivo Municipal com a finalidade de avaliar e produzir relatório a regularidade do processo administrativo de intervenção nas ex-permissionárias. O Sr. Roberto Penna Chaves, representante da NOVAMOSANTA, indagou se, a CPTrans como economia mista, não tem no seu balanço o registro desses gastos. O Sr. Gilmar de Oliveira respondeu que apenas os recursos aplicados no custeio direto da CPTrans foram contabilizados. Os demais (recursos aplicados nas ex-permissionárias e recursos da outorga) foram transferidos da CPTrans para os interventores de cada empresa e não foi encontrada a prestação de contas. O Sr. Francisco L. Ribeiro, representante da associação de autoescolas, pediu a palavra e iniciou sua explanação lembrando que o Sr. Rubens Bomtempo, em seu primeiro mandato como prefeito, reativou todos os conselhos municipais, e que o Sr. Philippe Guedon, então presidente da CPTrans e do COMUTRAN,

inclui no regimento interno da criação deste, uma cadeira para as Auto-escolas. Relatou também a questão da alteração da localização para treinamento e provas para alunos de auto-escolas, onde o Ministério Público há cerca de um ano e meio impôs um TAC para que a CPTrans solucionasse o problema e realizasse a devida sinalização da nova área, o que no seu entender, ainda não foi totalmente concluído. Para finalizar, reclamou que as questões financeiras da CPTrans não deveriam ser debatidas dentro do COMUTRAN, já que se trata de questão de administração da própria companhia, e não uma questão pública de trânsito ou transportes. O Sr. Evandro de Oliveira rebateu esta reclamação, e defendeu a participação do COMUTRAN neste tipo de assunto. O Sr. Carlos Henrique indagou sobre a questão do subsídio às gratuidades para o transporte coletivo, que foram referendadas no final do governo passado, apesar do governo anterior ter oferecido duras críticas a este tema. O Sr. Gilmar de Oliveira respondeu que esta questão será está em análise pela Procuradoria Geral do Município, em especial quanto à legalidade e existência de dotação orçamentária.. O Sr. Eduardo Áscoli, secretário de Planejamento e Urbanismo, pediu a palavra e informou que foi membro da equipe de transição de governo, que ocorreu de forma pacífica, porém insuficiente e quase nada esclarecedora; sugeriu a criação de grupos de discussão dentro do COMUTRAN para tratar de temas específicos; informou seu desejo de que o Conselho tenha a devida maturidade para implementar as alterações necessárias, mesmo havendo convergências e discordâncias; e finalizou dizendo que, na função de secretário de Planejamento, é responsável pelo orçamento das secretarias municipais, as quais também estão passando por problemas orçamentários, que é o foco da atual gestão municipal. O Sr. Francisco Ribeiro pediu a palavra para elogiar a CPTrans na questão da criação da Escola Pública de Trânsito, na época em que o próprio Eduardo Áscoli era Diretor Presidente da CPTrans. O Sr. Mário Jorge Bandarra, representante da APEA, pediu a palavra, solicitando uma maior atenção do Conselho às sugestões enviadas por ele por e-mail no mês de agosto de 2012, sendo algumas delas a definição das áreas de jurisdição da PM, da GM e da própria CPTrans; a criação de um mecanismo de "autuação cidadã", onde qualquer cidadão poderia contribuir para fiscalização das infrações de trânsito, através de fotografias e de um sistema de protocolos; a intensificação das blitz para retirar de circulação veículos com IPVA atrasado; a questão da padronização dos redutores de velocidade; e a questão das definições das velocidades máximas permitidas nos locais onde há fiscalização eletrônica de velocidade: os radares. A Sra. Izamari Pacheco pediu a palavra, e se apresentando como atual responsável pela gestão operacional dos radares, informou que em dezembro último iniciou-se o processo de religação dos radares no

município, cujo contrato foi firmado com base na remuneração dos equipamentos por operação e não por quantidade de multas aplicadas, que é um passo evolutivo na questão da transparência da utilização deste tipo de fiscalização. Informou também que a manutenção dos locais onde já havia fiscalização há anos atrás foi devida à alta quantidade de acidentes registrados nestes mesmos locais, e que outros locais poderão sofrer fiscalização com base neste índice, como as ruas Coronel Veiga, Bingen e Quissamã. A Sra. Marcia Kraus pediu a palavra informando que todo o procedimento de religação dos radares, bem como de elaboração dos estudos técnicos foram baseados na legislação vigente. Dado o adiantar da hora, o Sr. Gilmar de Oliveira adiou a aprovação das atas das reuniões anteriores, solicitando que os conselheiros lessem com calma a cópia distribuída no início da reunião, e que estas atas fossem aprovadas na próxima reunião, a ocorrer em fevereiro. E nada mais havendo em pauta para ser tratado, encerrou-se a presente que segue assinada pela secretária e pelo Presidente e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será publicada na página de internet da CPTrans.

IZAMARI CRISTINA MACHADO PACHECO
Secretária

GILMAR SILVA DE OLIVEIRA
Presidente do COMUTRAN